

EXCLUSÃO DIGITAL EM SALVADOR: TESTANDO POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Othon Jambeiro¹
Cassiano Simões
Fábio Ferreira
Susane Barros
Flávia Ferreira
Lucyana Nascimento
Ricardo Andrade²

O avanço científico e tecnológico, particularmente na microeletrônica, na informática e nas telecomunicações, fez surgir um novo paradigma informacional-tecnológico e provocou um aumento extraordinário na qualidade e quantidade de informações disponíveis. Essencial nos processos produtivos e na vida em sociedade, a informação, aliada a novas e crescentemente aperfeiçoadas ferramentas de comunicação, tornou-se força propulsora de enorme importância na evolução da humanidade.

Recurso de grande valia na produção de bens materiais e simbólicos, ela é mais significativa ainda na formação do homem contemporâneo, que não pode prescindir da informação para qualquer de suas atividades sociais, políticas, econômicas e culturais.

Ter ou não ter acesso à informação, nos formatos, na qualidade e quantidade desejadas, tornou-se, portanto, fator de inclusão ou exclusão social. E dado que vastas camadas das populações mundiais não possuem nem têm acesso aos recursos tecnológicos que podem assegurar-lhes informações cruciais à sua sobrevivência, a humanidade vive, hoje, uma realidade de extensa exclusão social.

Resultado do reconhecimento dessa realidade e do desejo de mudá-la, governos, entidades nacionais, internacionais e supranacionais têm elaborado e executado políticas de

¹ PhD, University of Westminster, U.K., Professor Titular do Instituto de Ciência da Informação, UFBA, Brasil. Pesquisador 1-C do CNPq.

² Cassiano é mestrando em Comunicação, Fábio é mestrando em Ciência da Informação, Susane, Flávia, Lucyana e Ricardo são graduandos do Instituto de Ciência da Informação/UFBA; as três primeiras são bolsistas de Iniciação Científica do CNPq.

inclusão digital de variadas dimensões, em termos de alcance humanitário. A eficácia dessas políticas, contudo, é pouco estudada e, por conseguinte, desconhecida. A pesquisa de que decorre este texto buscou exatamente isto: conhecer o resultado de políticas especificamente voltadas para a inclusão digital na vida de pessoas que, além de excluídas do uso dessas tecnologias, eram também socialmente excluídas.

O estudo parte da análise das políticas de inclusão de duas organizações do terceiro setor, uma vinculada à Prefeitura de Salvador e a outra uma ONG que recebe recursos de empresas e de organizações filantrópicas nacionais e internacionais. Além da análise das ações decorrentes dessas políticas, a metodologia prevê a aplicação de questionário com pessoas que passaram pelo processo de inclusão, com o objetivo de verificar se houve mudanças efetivas em suas vidas.

Em termos metodológicos o primeiro passo foi uma revisão dos conceitos de inclusão/exclusão social e inclusão/exclusão digital. Realizou-se também o mapeamento das entidades que atuam em Salvador com políticas de inclusão digital, selecionando-se, em seguida, as que buscam, concomitante e associadamente, inclusão social. Um primeiro questionário foi aplicado, visando qualificar as entidades e obter um quadro real dos tipos de ações que desenvolvem, onde o fazem e com que estrutura contam para tal. Foi checada também a existência de políticas explícitas orientando suas ações.

As duas entidades que são objeto deste texto foram selecionadas porque têm políticas claramente formuladas, estrutura organizacional boa, consistência e continuidade dos programas de inclusão digital e social. Além disso, uma é pública, com fortes laços de dependência da Prefeitura de Salvador, embora receba recursos de outras fontes (Cidade Mãe), e a outra é privada, com significativa relação de dependência de empresas e agências financiadoras nacionais e internacionais (Liceu).

O passo seguinte consistiu na aplicação de um questionário piloto junto aos beneficiados pelas ações de uma das duas entidades, visando avaliar a efetividade de suas políticas. Foram ouvidos 5% das pessoas consideradas “incluídas”, isto é, jovens que concluíram o processo de inclusão digital por um método que agrega a cursos profissionalizantes e formação de cidadania.

A hipótese central nesta fase da pesquisa é a de que as ações adotadas como forma de inclusão digital, apesar de fornecerem algum ferramental para lidar com a questão da exclusão, não são suficientes para gerar mudanças qualitativas na vida dos indivíduos.

Os fundamentos teóricos, os processos de coleta e análise dos dados, e os resultados alcançados são relatados a seguir.

Conceituando Exclusão Social

Desde que há registros de seres humanos, há registros de sociabilidade. Isto é senso comum. Em *A Divisão Social do Trabalho*, na busca da compreensão da natureza social do homem, Durkheim pensa a sociedade como uma série de relações em que pólos opostos se atraem, formando um verdadeiro cimento social. A esta força de atração entre as pessoas ele dá o nome de solidariedade (1989, p. 24 - 25).

A cultura política de um povo tende a se materializar a partir de ações cooperativas (Apositivas@, na expressão durkeiniana) e de princípios éticos compartilhados, que irão determinar também os modelos de institucionalização e o efeito de justiça social em seus indivíduos. Uma sociedade em que os cidadãos primam pelos seus afazeres em clima de liberdade e solidariedade - e se indignam quando percebem a falta disto - é uma sociedade que constrói para si um ambiente equivalente ao que se conhece por "democracia". Já os grupos sociais nos quais os indivíduos mantêm relações de autoritarismo e de jugo, desprezando os laços de solidariedade, tendem a construir um sistema político despótico.

A exclusão social se traduz, assim, como a ausência de uma determinada predisposição moral que estrutura o sistema social, aqui denominada cidadania. Donde se propõe que a exclusão se dá, muito aquém da ausência de acesso a bens e benefícios, na ausência de condições efetivas para determinados indivíduos viverem em sistemas sociais, nos quais possam ter qualidade de vida.

Castel vê a exclusão social como produto de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Esses processos criam três zonas típicas. A primeira, chamada AZona de integração@, se caracteriza pelo trabalho estável e a forte inserção relacional; a segunda, AZona de vulnerabilidade@, se caracteriza pelo trabalho precário e a fragilidade dos apoios relacionais; e a terceira, AZona de desfiliação@, de exclusão e marginalidade, caracterizada pela ausência de trabalho e isolamento relacional (1997: 37).

E acrescenta: *Asem dúvida alguma, as Agrandes@ políticas de luta contra a marginalidade seriam aquelas dirigidas para o emprego, a moradia, a situação de erosão cultural das categorias desfavorecidas, isto é, as Acausas@ da miséria e da infelicidade@* (Idem: 39).

Neste sentido, uma política de inclusão social deve abranger muito mais do que o provimento do acesso a recursos e benefícios sociais. Ela deve, na verdade, ter uma proposta de intervenção na cultura política da sociedade.

Para DaMatta, *Ao papel social de indivíduo e cidadão é uma entidade social de caráter nivelador e igualitário. Esta seria sua característica ideal e normativa, de modo que, como cidadão, eu só clamo direitos iguais aos de todos os outros* (Ahomens@ (1991: 76). Afirma ainda que esta é a forma como se estabeleceu a moderna luta contra os privilégios da nobreza e como se constituem os direitos nos países radicalmente democráticos, em que as normas sociais são feitas pelos cidadãos para a totalidade dos cidadãos. Estar de fora desta totalidade é estar excluído da condição de cidadania.

Ele destaca que em alguns países, como no Brasil, a igualdade denota isolamento, ausência de prestígio pessoal, próximo da condição de *ser qualquer um*. Nesta perspectiva, ser um cidadão é estar não ao nível de todos, mas acima da maior parte. E aponta a expressão ríspida *Avocê sabe com quem está falando?, pelo cidadão que se julga com direitos, reais ou imaginários, especiais*@, para demonstrar a forma como a noção de cidadania pode ter uma conotação contraditória. Em casos como este, parece razoável perguntar: inclusão ao universo da cidadania significa elevar o cidadão acima dos demais ou promover a transformação de sua cultura política em direção a uma maior participação cooperativa, à compreensão das vantagens de ser *Amais um*@? (Idem: 77).

Este quadro nos leva aos conceitos de cidadania ativa e passiva, de Pierre Rosanvallon, citado por Zaluar, segundo quem a característica da cidadania passiva é afirmar e assegurar direitos em sociedade como forma de garantir o direito à vida; enquanto que na cidadania ativa *«não se trata apenas do direito à vida, mas do direito à vida em sociedade, ou seja, à participação civil e política»* (Zaluar, 1995: 35).

Rosanvallon se opõe ao conceito de exclusão como relacionado à pobreza que se encontra abaixo da classe operária, que não tem acesso aos bens e serviços considerados mínimos (inclusive trabalho). Para ela, tal conceito vincula a noção social de exclusão a uma dimensão meramente econômica, de distribuição de benefícios, quando, na verdade, a exclusão *«vincula o econômico ao político e ao social»*. Shklar, também citado por Zaluar, reforça o pensamento de Rosanvallon:

(...) as críticas às teorias meramente distributivas e utilitaristas de justiça social desembocam na crítica à idéia do cidadão como sujeito passivo, mero receptor do que é distribuído pelas agências públicas. As teorias distributivas desconsiderariam a justiça, o

respeito e a consideração que os cidadãos se devem mutuamente na A democracia da vida quotidiana@ e que, obviamente, não são coisas que o governo possa distribuir (Shklar, 1995, citado por Zaluar, 1995: 35).

Uma abordagem histórica pode afirmar que boa parte dos Estados da Europa Ocidental, após a Segunda Guerra Mundial, se reconstituíram com políticas sociais que os levaram a ser chamados de “Estados de Bem Estar Social”. Semelhantemente ao que os Estados Unidos tinham começado a fazer após a crise de 1929, eles passaram a assumir a responsabilidade de “ajustar” a dinâmica social, a partir de um rígido controle sobre as instituições e os mercados (Esping-Andersen, 1991: 89).

Nos países periféricos, como o Brasil, as políticas correspondentes foram implementadas pelo AEstado desenvolvimentista@, e eram caracterizadas por grandes projetos de indústrias de base, financiados pelos governos, além de uma fracionada regulamentação voltada para o bem-estar social. As leis trabalhistas brasileiras, consolidadas no final da ditadura do Estado Novo, expressaram esta postura estatal.

Santos (1999) compreende o posterior trajeto, a partir dos anos 70, do Estado de Bem-Estar Social para o Estado Neo-Liberal, como fonte de exclusão. A nova postura estatal empalidece o emprego permanente, como provedor de estabilidade social, e fomenta uma economia que prima pelo emprego temporário e o subemprego. Esta nova realidade tem se caracterizado por crescente e extensa exclusão social, o que recolocou no debate internacional políticas e ações de inclusão, agora associadas ao desenvolvimento científico e tecnológico. Erigida à condição de panacéia, a informatização das sociedades requer hoje que a inclusão se dê pela via digital, sendo considerado dela excluídos aqueles que não têm acesso à rede mundial de computadores.

Como vimos, contudo, políticas de inclusão devem estar relacionadas à organização social e à cultura política dos povos. E como isto varia significativamente entre eles, para cada um deve haver padrões específicos de inclusão social, adequados à sua realidade. Cidadania ativa, intensa participação social e política, emprego, moradia, educação, integração cultural, respeito e consideração sociais são palavras-chave para qualquer programa de inclusão. Mas isto só é verdadeiro para sociedades que se queiram mais includentes do que excludentes e que persigam o caminho de superação das meras políticas caritativas e assistencialistas voltadas para os pobres.

Conceituando Inclusão digital

Por cidadania podemos entender a conscientização do homem em relação a sua realidade e efetiva capacidade de participar de sua construção e modificação. Isto implica num processo contínuo de busca por direitos e deveres, inclusive os de seus semelhantes. Em relação aos elementos constitutivos desses direitos, Marshal (apud Rocha, p. 43; Araújo, p.2) aponta três elementos que lhes são fundamentais:

Direitos civis - que se referem à liberdade individual;

Direitos políticos – assegurados e ampliados pelo direito de participar do exercício do poder;

Direitos sociais – relacionados com o usufruto do bem-estar social e econômico.

A grande questão, no entanto, é como a sociedade deve encaminhar os indivíduos para serem cidadãos e usufruírem dos seus direitos civis, políticos e sociais, ao mesmo tempo arcando com suas obrigações. É nesse ponto que a educação entra como vetor essencial de participação na dinâmica social.

Targino (apud Rocha, 2000) refere-se à educação como “elemento basilar dos direitos sociais” e, porque “*o direito à educação afeta o status à cidadania, se entendermos o direito à educação como o direito do cidadão adulto ter sido educado e informado*”.

Numa sociedade em rede, onde o conhecimento e o acesso à informação passam a ser essenciais à sobrevivência, é natural que a escola, como o principal meio de socialização dos indivíduos, amplie-se e absorva novas tecnologias, sendo capaz de facilitar o processo de educação para a cidadania. Nesse ponto, segundo Tedesco (2000, p. 26) “[...] é preciso romper o isolamento institucional da escola abrindo-a aos requerimentos da sociedade e redefinindo seus pactos com os outros agentes socializadores, particularmente a família e os meios de comunicação”. A esses se somam as relações que o indivíduo estabelece com o mercado de trabalho, especialmente por que sua inserção nele vai depender diretamente de educação prévia e continuada.

Nesse contexto, a Internet oferece oportunidades sem precedentes, pois é, ao mesmo tempo, expressão e portal de um “novo mundo” e de uma nova forma de relacionamento entre as pessoas. De acordo com Marques (2003) “[...] a Internet inaugura uma nova condição na comunicação. É justamente aí que se percebe como o ciberespaço pode agrupar as mais diferentes formas de vida e organização”.

A Internet muda o esquema clássico de comunicação, na medida em que permite a alteração de conteúdos e uma maior interação e transparência entre governo e sociedade, pois amplia o espaço para que o fórum democrático tenha lugar. Nesse sentido, os conteúdos criados para facilitar a vida dos cidadãos têm sido um fator importante e estão diretamente ligados à questão da divulgação dos atos públicos. Há um grande número de informações relacionadas ao cotidiano dos indivíduos que, se disponíveis via Internet (e a prática aponta para essa solução), podem facilitar a interação entre o cidadão e o governo. Dentre essas informações pode-se citar horários de ônibus interurbanos, disponibilidade de vagas em escolas públicas, agendamento de consulta pelo SUS, declaração de imposto de renda online, etc.

Ressalte-se que, a despeito dessas informações disponíveis na Internet facilitarem o exercício de alguns atributos da cidadania, isto não é garantia de participação plena do indivíduo. Se ficarem restritas a meros informativos e não contribuírem para que outras demandas e efetiva interação sejam atendidas, então não podemos falar de exercício pleno de cidadania.

Além disso, se por um lado a incorporação veloz de novas tecnologias pode servir para ampliar os espaços públicos e o fórum democrático, por outro, o acesso a elas ainda é um fator limitativo. Em relação a isso, um ponto relevante é a disponibilidade de infra-estruturas e equipamentos físicos necessários ao uso dos recursos informacionais. Sem infra-estrutura de redes de computadores não existe Internet nem Sociedade da informação.

Em relação a infra-estrutura, os países buscam provê-la, de maneira geral, de duas formas:

1. Quanto às telecomunicações, o setor foi reformado no mundo inteiro, num processo que se iniciou em meados da década de 80, nos EUA, e terminou ao final da década de 90, especificamente na América Latina. Isto provocou grande capilarização das redes mas não se atingiu a pretendida universalização dos serviços de telecomunicações. Nos países periféricos esta é ainda uma questão grave. A não universalização e o alto custo desses serviços tornam muito difícil o acesso à Internet de camadas da população com baixo poder aquisitivo.
2. – No que tange a redes de computadores, as iniciativas para torná-las disponíveis têm envolvido parcerias entre comunidades locais, governo e iniciativa privada, para implantação de pontos de acesso público. Além disso, cibercafés e tele-

centros privados têm se constituído em possibilidades de acesso público não gratuito.

Outro fator de significativa importância para o acesso à Internet é a baixa qualificação Educacional de grandes camadas da população. Como expressa o Livro Verde do Programa Sociedade da Informação:

“[...] na Nova Economia, não basta dispor de uma infra-estrutura moderna de comunicação; é preciso competência para transformar informação em conhecimento. É a educação o elemento-chave e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar, e assim, garantir seu espaço de liberdade e autonomia”.

A educação é, pois, juntamente com a inclusão social, peça chave para se atingir a cidadania plena, em termos amplos. No entanto, ao serem introduzidas questões relativas às novas tecnologias de informação e comunicação, acesso a redes de computadores e habilidade ou não para se apropriar dos produtos decorrentes desses progressos técnicos, impõe-se definir a inclusão digital como fator de alta relevância para o exercício da cidadania. Isto porque se o indivíduo não domina os elementos essenciais para utilizar ferramentas tecnológicas, o fosso social tende a agravar-se. O círculo vicioso que se instala determina que as desigualdades anteriores não permitam a apropriação das tecnologias por aqueles que já eram excluídos antes de se pensar numa sociedade em rede; e a não apropriação de novas tecnologias dificulta sua inserção social.

Por isso, a inclusão digital é um elemento importante nas políticas para a Sociedade da Informação, especialmente naqueles países que apresentam um maior grau de desigualdade social, que advém de processos históricos de sua formação. Nesses casos, o desafio é duplo: superar antigas deficiências e criar competências requeridas pelas novas necessidades culturais e socio-econômicas da sociedade.

A primeira necessidade social, portanto, é fazer com que o processo educacional se amplie, já tendo em seu bojo a inclusão digital, ou seja, a preparação do cidadão para ser capaz de lidar com novas tecnologias. É nesse sentido que se permite falar em alfabetização digital, pois além do conhecimento dos símbolos tradicionais, que envolvem a capacidade de ler, escrever e adotar uma postura crítica, é necessário preparar o ser humano para usar novos elementos e novas formas de linguagem.

A alfabetização digital está atrelada ao desenvolvimento da habilidade das pessoas em lidar com máquinas de forma inteligente e crítica, capacitando-as para a utilização das ferramentas disponíveis em favor de seus interesses individuais e sociais. Não é mais possível fazer alfabetização escolar sem alfabetização digital. E isso se aplica não apenas aos que iniciam sua educação na infância como também aos adultos. Tramontano (2002, p. 122) afirma que “*não são raros os adultos que aprendem a ler e a escrever estimulados pelo uso dos computadores e pelo acesso a Internet*”.

Hoje, no Brasil, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, que mapeou a situação da inclusão digital no Brasil, aproximadamente 88% da população do país não têm acesso à Internet. De cada 100 habitantes, somente 8,31 são internautas (nos EUA são 65) e apenas 12,46 possuem PCs (nos EUA são 60). Do total de internautas 42% são da classe A, que representa 5% da população total; 48,7% da classe B, 19% da total; e somente 9% são das classes C, D e E, que representam 32%, 42% e 2% da população total, respectivamente.

Trata-se, evidentemente, de um quadro social de ampla exclusão digital, que requer políticas adequadas de inclusão.

Rondelli (2002, p. 1) afirma que “*inclusão digital é, dentre outras coisas, alfabetização digital. Ou seja, é a aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e produtor de seus conteúdos e processos*”. Tal conceituação deixa claro que a inclusão digital não é um simples processo de interação indivíduo-máquina, devendo haver também desenvolvimento da capacidade cognitiva.

De forma bastante abrangente Guimarães (2002, p. 2) afirma que “*ocorre inclusão digital quando as NTICs são utilizadas para inclusão social*”. Já a comissão do Comitê Sampa.org sugere uma conceituação onde “*inclusão digital é utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de informática e telecomunicações existentes*”. As duas formas de inclusão estão, portanto, associadas, ficando evidente que políticas de inclusão digital passaram a ser, no mundo contemporâneo, ao mesmo tempo, instrumento e condicionamento de inclusão social.

Vejamos agora como se explicitam as políticas de dois importantes projetos em curso em Salvador: o do Liceu de Artes e Ofícios (entidade civil, privada, sem fins lucrativos), e o do Projeto Cidade-Mãe (ligado à Prefeitura da cidade).

O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS

O Liceu de Artes e Ofício da Bahia foi criado em 1872, com a responsabilidade e o compromisso de contribuir para a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Atua com base em unidades produtivas que oferecem ao mercado produtos e serviços de qualidade, aos quais sua finalidade sócio-educativa agrega valor social. O modelo educacional do Liceu, atualizado em 2002, volta-se para os jovens como sujeitos de transformação da realidade. E aposta no poder transformador do trabalho para mobilizá-los e gerar cidadãos autônomos, criativos, sensíveis e eticamente comprometidos com a comunidade.

Suas ações se baseiam na seguinte estrutura:

Oficina de Móveis e Madeira

A linha de produção da oficina desenvolve móveis escolares, além de suprir empresas com móveis para escritórios. Funciona no Centro Industrial de Aratu, Região Metropolitana de Salvador.

Oficina de Artes Gráficas

Presta serviços editoriais (livros, relatórios, manuais, informativos) e promocionais (cartazes, panfletos, folders, cartões, convites), além de papelaria, encadernação e reprografia. Funciona em Lauro de Freitas, município também situado na Região Metropolitana de Salvador.

Oficina de Manutenção e Recuperação Predial

Dedica-se à conservação de escolas, postos de saúde, creches e outros prédios públicos. Atende também a redes de supermercado, indústrias petroquímicas e centros de convenções. Oferece serviços de manutenção preventiva e corretiva, recuperação predial, construção e reforma, incluindo: sistema hidráulico, elétrico, combate a incêndios, rede lógica, telefonia, estrutura, vedação, cobertura, revestimento, pavimentação, esquadria, acabamento, ambientação, limpeza e paisagismo. Funciona no Centro Histórico do Salvador/BA.

Oficina de Formação de Lideranças Jovens

Objetiva a formação de jovens mobilizadores culturais, capazes de atuarem como lideranças em suas comunidades e escolas. Os participantes desenvolvem capacidades para identificar e trabalhar com as referências culturais do seu ambiente; promover o fortalecimento de grupos; e motivar a atuação desses grupos na comunidade, em projetos de interesse coletivo. No primeiro semestre da oficina são introduzidos conteúdos de natureza social, ética e estética, visando a construção de competências individuais e coletivas para o exercício da liderança. No segundo semestre acontece a experiência de multiplicação nos bairros, com acompanhamento técnico-pedagógico.

Oficinas dos Ofícios das Artes

Capacita jovens em artes, cultura, turismo e lazer. O passo preliminar para a formação das oficinas educativas é a identificação, entre os adolescentes das escolas públicas inscritos por iniciativa própria, de jovens com potencial para desenvolver habilidades artísticas. Após a seleção, e de acordo com as aptidões individuais observadas, se processa a iniciação nas técnicas correspondentes aos diversos ofícios. O repertório de opções abrange teatro de rua, preparação de ator, dança contemporânea, técnicas de espetáculo (áudio, iluminação, contra-regra), restauração de azulejaria, restauração de mobiliário, fotografia e design gráfico.

Grupos artísticos

Além dos cursos, o Liceu mantém grupos permanentes de artes cênicas constituídos por jovens artistas capazes de produzirem e difundirem coreografias e peças de teatro junto a públicos variados.

Escola de Informática e Cidadania – EICLiceu

Em funcionamento desde novembro de 2000, a escola tem como missão promover, através do ensino e do acesso às ferramentas da tecnologia da informação, transformações que levem os indivíduos à inclusão social, à formação do conceito de cidadania e à obtenção de melhor qualidade de vida. Estão disponíveis os equipamentos e a orientação técnica requeridos para a iniciação no universo da informática.

Afrodescendentes, filhos de operários, deficientes físicos, homens e mulheres da terceira idade, moradores do centro histórico, são alguns dos públicos que têm freqüentado a escola. A iniciativa representa a contribuição do Liceu ao desafio da inclusão digital. As atividades são desenvolvidas em parceria com o Comunidade Solidária, Rede Jovem e Comitê para a Democratização da Informática.

O EICLiceu desenvolve as seguintes ações:

Alfabetização digital – curso com carga horária de 20h/a, composto de 5 módulos de 4 horas cada, contendo os conceitos básicos da Introdução a Informática, Windows 98, Office 97 e Internet (correio eletrônico e pesquisa). Tem como objetivo ensinar aos indivíduos a lidar e interagir produtivamente com as ferramentas comuns da tecnologia da informação.

Capacitação profissional – curso com carga horária de 40 h/a, composto de 5 módulos de 8 horas cada, contendo os conceitos intermediários da Introdução a Informática, Windows 98, Office 2000 e Internet (correio eletrônico e pesquisa). Dá continuidade ao anterior, aprofundando mais os conhecimentos de informática dos alunos.

Capacitação profissional em software – O curso de capacitação profissional avançado tem como objetivo fornecer conhecimentos avançados aos indivíduos, permitindo-lhes assim lidar e interagir produtivamente com uma das ferramentas do Office.

Inclusão digital – espaço para realização de atividades educacionais de cunho complementar e /ou lúdico que promovam, através do acesso aos equipamentos e ferramentas da tecnologia da informação, a inclusão digital. Aberto a qualquer pessoa, possui vários computadores em rede, sendo livre sua utilização por períodos de 30 minutos.

PROJETO CIDADE MÃE

Vinculada à Prefeitura de Salvador, a Fundação Cidade Mãe atua como instrumento de efetivação dos direitos sociais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Acolhe crianças e adolescentes na faixa de 07 a 18 anos, oriundas de camadas populares e que se encontram em processo de exclusão social. Sua proposta pedagógica destaca o exercício da cidadania como pressuposto básico.

Considerada inovadora em suas ações, foi constituída a partir de experiências nacionais de êxitos e de recomendações de organismos internacionais que atuam na área.

O projeto tem como referencial e meta a formação para a cidadania, entendida como processo educativo que incorpora o educando como sujeito histórico, capaz de transformar sua realidade. Utiliza uma didática pedagógica participativa, que estimula a reflexão, a crítica construtiva, de respeito às diferenças, a consciência dos direitos, dos deveres e responsabilidades para consigo e para com os pares. Estimula a compreensão do outro como parte essencial à construção da coletividade, com características e peculiaridades que contribuem para o crescimento do grupo.

A estratégia adotada para envolver os jovens no processo educativo se dá mediante a abordagem de um elenco de temas de seu interesse, embasados nas diferentes culturas e refletindo os valores existentes. Além disso, estimula a discussão sobre as diferenças e similaridades presentes no contexto social. Os temas que compõem o programa são abordados por profissionais experientes, ao longo do período em que os educandos permanecem nas unidades da Fundação.

Áreas de Atuação

A Fundação tem dois tipos de educandos:

- Crianças e adolescentes que ainda moram com suas famílias, mas sofrem bastante pressão para deixá-las, devido aos problemas que prejudicam a convivência familiar.
- Crianças e adolescentes que já romperam os laços familiares e se encontram na rua, de onde retiram os recursos para sua sobrevivência.

Para o primeiro grupo a Fundação dispõe de Empresas Educativas e Unidades em Parceria. Para o segundo, as Casas de Acolhimento e o Espaço de Cidadania Solidária.

• **Empresas Educativas** – localizadas em Saramandaia, Pau da Lima, Coutos e Roma, são espaços onde se desenvolvem atividades de cultura, esporte e lazer, iniciação profissional de adolescentes e educação para a saúde, na perspectiva de formação para cidadania e inserção no mercado de trabalho. Em paralelo, desenvolve-se um trabalho de formação e informação junto às famílias dos educandos.

- **Unidades em Parceria** – atuam do mesmo modo que as empresas educativas, através de convênios. São um recurso da Fundação para responder à crescente busca por seus serviços e superar a limitação de recursos financeiros da Prefeitura para investir na construção de novas unidades.

- **Casa de Acolhimento** – espaços de permanência provisória que acolhem, durante a noite, crianças e adolescentes em situação de rua, encaminhados pelos Conselhos Tutelares.

Ações Pedagógicas e Sociais

Para atender seus objetivos o Cidade Mãe desenvolve várias ações:

- **Aprendizagem básica** – preparação e encaminhamento para acesso ou retorno à escola da rede pública de ensino e atividades de reforço escolar.

- **Educação para o trabalho** – capacitação e orientação para o mercado de trabalho.

- **Assistência à saúde** – prevenção e assistência médica e odontológica, em articulação com a rede pública e organizações parceiras.

- **Cultura, esporte e lazer** – promove iniciação esportiva e artística, em suas diversas expressões, e oferece acesso à produções culturais.

- **Acolhimento noturno e atendimento diário** – realiza atividades orientadas de artes plásticas e esportes, formação para cidadania, proteção, alimentação, preparo para ingresso ou retorno à escola e rotinas de auto-cuidado para jovens e crianças em situação de rua, além de um trabalho orientado para as famílias.

- **Apoio ao trabalho de adolescentes** – apoia os egressos das Empresas Educativas, provendo espaço, equipamentos e orientação técnica para o desenvolvimento do trabalho autônomo.

- **Atendimento às famílias** – através de atividades de formação para cidadania, atendimento individualizado, formação de grupos de terapia familiar e encontros gerais.

- **Formação para cidadania** – o programa se inicia com a reflexão sobre as normas de convivência que nortearão o comportamento dos grupos, conduzida de forma dinâmica e participativa, sempre sob uma atmosfera de cordialidade e afetividade, de modo que o adolescente possa sentir-se como sujeito de seu processo educativo.

- **Cursos profissionalizantes** – propiciam ambientes de atividades compatíveis com a condição de indivíduos em desenvolvimento. São destinados a adolescentes de 14 a 18 anos incompletos, com o objetivo de torná-los profissionais capazes de atuarem no mercado de trabalho. A seleção dos cursos é feita a partir dos indicadores de demandas do mercado, buscando um equilíbrio entre as profissões tradicionais e as mais recentes, surgidas com as novas tecnologias. Entre eles, costura industrial, eletricidade predial, informática, horta, jardinagem e artesanato. Além dos cursos profissionalizantes, a Fundação desenvolve atividades lúdico-pedagógicas de dança e teatro.

Programa da Oficina de Informática

É realizado em conjunto com o trabalho de capacitação profissional dos jovens. Nele são abordados temas contemporâneos da educação, a exemplo de transdisciplinaridade e exclusão X inclusão. O processo educativo norteia-se pela Teoria Construtivista, na qual o educando é compreendido como sujeito do processo educativo e o ensino-aprendizagem como um contínuo de construção do conhecimento.

O Programa se compõe do seguinte:

- **Curso de informática básica** – introdução à utilização das tecnologias da informação, contendo os conceitos básicos de informática, Windows e Office. Visa promover a interação, autonomia e capacitação dos jovens educandos frente às tecnologias da informação.

- **Curso de informática avançada** – treinamento de digitação, Windows, Office, Corel Draw, Programação Visual Basic e Internet. Promove a capacitação dos educandos para utilização de interface gráfica e multitarefa, elaboração de gráficos, slides e desenhos, manipulação de banco de dados, construção de alguns programas (de arquivo, de biblioteca, de controle de estoque, etc.) e capacitação para navegar na

Internet. Visa proporcionar ao jovem oportunidade de interagir como cidadão, ao mesmo tempo usuário e provedor de conteúdos da rede.

Núcleos de trabalho – visando dar suporte ao exercício profissional dos egressos de seus cursos, a Fundação implantou, em parceria com a Unicef, núcleos constituídos de equipamentos apropriados para produções de vídeo, fotografia e informática.

- **Núcleo de informática** – permite a realização de serviços de criação, confecção e digitação de textos, panfletos de propagandas, cartões de visitas, trabalhos escolares, relatórios, entre outros. O traço inovador do projeto é o desenvolvimento de habilidades de gestão, que proporcionam ao adolescente conhecimento de autogestão e associativismo em empreendimentos.

- **Núcleo de vídeo** – permite produzir, editar e finalizar vídeos de eventos sociais e culturais, entre outros.

- **Núcleo de fotografia** – possibilita execução, revelação e ampliação de registros fotográficos.

ANÁLISE DOS DADOS

Tratando-se de uma amostra experimental, atingindo apenas uma das duas entidades, no caso a Fundação Cidade Mãe, foram cruzados os dados de somente três variáveis - idade, sexo e escolaridade – com as possibilidades de mudança na vida das pessoas. Essas possibilidades foram concentradas no próprio uso das habilidades desenvolvidas na inclusão digital, isto é, procurou-se identificar o que estaria sendo transformado em suas vidas, na medida em que passaram a utilizar a rede mundial de computadores. Foram aplicados 25 questionários, correspondentes a 5% do jovens que passaram pela capacitação, em 2003. O resultado foi o que se segue:

Perguntados se as habilidades adquiridas nos cursos e o uso do computador mudaram suas vidas, 92% responderam afirmativamente, a maior parte (40%) entre os jovens de 16 anos. Quando se estratifica a amostra por gênero, mulheres e homens têm praticamente a mesma avaliação: a variação fica entre 44% e 48%, quanto às habilidades; e 40 e 44%, quanto às conseqüências do uso do computador. Dentre os que responderam afirmativamente, entre 44% e 48% têm o ensino médio incompleto, o que significa que completaram apenas o ensino fundamental.

Dado que uma das vantagens do uso da Internet é utilizá-la para cumprir compromissos, agendar encontros, visitas, resolver problemas, os entrevistados foram perguntados se tinham passado a fazer via Internet alguma coisa que antes faziam pessoalmente. Mulheres e homens manifestaram-se de maneira igual, ambos com apenas 8% positivos, acusando o mesmo percentual entre os que têm 15 a 16 anos. Na distribuição por escolaridade as respostas positivas variaram de 4%, entre aqueles com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, e até 8%, entre os que têm o ensino fundamental incompleto.

Um dos indicadores fundamentais da transformação da vida dos que são incluídos digital e socialmente é, sem dúvida, a condição de trabalho e o trabalho em si mesmo. As demais perguntas, portanto, concentraram-se neste tema. A primeira delas pedia aos entrevistados que informassem se estavam aplicando no trabalho o conhecimento adquirido no processo de inclusão. Esta pergunta mostrou-se prejudicada, porque apenas 2 mulheres, entre os 25 entrevistados trabalhavam, estando os demais desempregados. Mas é importante assinalar que as duas negaram qualquer aplicação, no seu trabalho, do conhecimento que tinham adquirido.

Todos os entrevistados declararam que não passaram a procurar emprego, via Internet, após serem incluídos digitalmente. Perguntados se, independentemente da Internet, o treinamento tinha ajudado na procura de emprego, apenas uma jovem de 17 anos, com ensino fundamental completo, respondeu afirmativamente, inclusive porque somente ela conseguiu emprego após o treinamento.

Desempregados, foi-lhes perguntado se prestavam algum tipo de serviço. Uma mulher e 5 homens disseram que sim. Deles, 3 tem o ensino fundamental completo e 3 incompleto, sendo quatro da faixa de 16 anos, 1 de 14 e o outro de 17 anos. E, por fim, perguntou-se a eles se aplicam, na prestação daqueles serviços, as habilidades desenvolvidas no processo de inclusão por que passaram. Resultado: apenas um rapaz de 16 anos, com ensino fundamental incompleto respondeu afirmativamente. Os outros 5 responderam negativamente.

Conclusões

Evidentemente, trata-se ainda de uma investigação piloto, visando testar uma hipótese de trabalho a ser melhor apurada no desenvolvimento do projeto. Mas certamente várias questões podem ser levantadas, a título de conclusões, do resultado alcançado.

Em primeiro lugar, fica evidente que entre jovens carentes, com idade variando de 14 a 18 anos, a inclusão digital desenvolve claramente um sentimento de mudança de vida: entre 40 e 48% responderam afirmativamente a isto. Mas resta apurar, no futuro, as razões deste sentimento, através de indicadores objetivos que vão além da opinião dos entrevistados. E mais: na faixa dos 14 aos 18 anos a indicação mostrada pela pesquisa é de que variáveis como escolaridade, idade e gênero não parecem provocar diferenciações significativas nos resultados. Há, pois, uma certa homogeneidade nas conseqüências da inclusão digital nesta faixa de estratificação.

Quando se tentou objetivar a mudança na vida dos entrevistados, ficou evidente que ela não se dá necessariamente por meio do uso das possibilidades da Internet de simplificar a vida das pessoas. Onde poderá estar esta mudança, então? Pelo menos se sabe que não passaram a utilizar a Internet para cumprir obrigações, marcar entrevistas, pagar compromissos e nem mesmo carregar aparelhos de telefone celular! A incidência de uma variação entre apenas 4 e 8% de respostas afirmativas indica que estas atividades devem continuar sendo desenvolvidas pessoalmente ou através do telefone, não tendo sido ainda absorvido o potencial da rede de computadores para isto.

No que se refere à aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no processo de inclusão, no ambiente de trabalho do incluído, cabe assinalar duas coisas: primeiro, advertir que é temerária qualquer conclusão num quadro em que apenas duas entrevistadas, dentre 25, estão empregadas; e, segundo, que, mesmo assim, cabe considerar que o fato de as duas terem afirmado não aplicar no seu trabalho nada do que aprenderam, indica um grau significativo de alienação do processo e dos conteúdos da inclusão, com referência ao que fazem e ao que necessitam os incluídos para participarem do mundo do trabalho.

Isto é, aliás, contundentemente confirmado nas perguntas posteriores, ficando mais do que claro que há problemas na formulação dos programas de inclusão e, obviamente, na relação deles com o público a que se destinam.

Em todo o caso, é cedo para fechar conclusões. O desenvolvimento do trabalho deverá buscar maior aprofundamento das questões levantadas por este estudo preliminar, inclusive através de entrevistas com os condutores e formuladores dos programas de inclusão, além da já planejada ampliação da amostra de entrevistados. Até lá, contudo, pode-se arriscar o palpite, calcado nos resultados preliminares, de que inclusão digital e inclusão social não são rótulos a serem aplicados indiscriminadamente. Na verdade, são conceitos que exigem cuidado em sua utilização, para garantir que somente sejam aplicados para

marcar processos legítimos e efetivos de incorporação, à sociedade, de camadas sociais marginalizadas.

Referências

BAIARDI, A. Padrões culturais e resistência a mudanças: obstáculos à democracia e ao desenvolvimento no Brasil. In: Organizações e Sociedade, Vol. 1, n.1 3, dez./1995.

BOURDIEU, P. O sentimento de honra na sociedade Cabília. In: Org. J. G. Peristiany. Honra e vergonha B valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. In: Caderno CRH, n.1 27/27, jan.-dez./1997.

DAMATTA, R. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. In: A casa e a rua. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 1991.

DURKHEIM, E. A divisão do trabalho social. Vol. I. Lisboa : Editorial Presença, 1989.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. In: Lua Nova, n1 24,

S. Paulo, Cedec, 1991..

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo : Unesp, 1991.

GIDDENS, A. T. H. Marshall, o Estado e a Democracia. In: Em defesa da sociologia. São Paulo : Unesp, 2001.

GODBOUT, J. T. Introdução à Dádiva. In: RBSC, Vol. 13 B n.1 38, out./90.

LANIADO, R. N. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. XXV Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, out./2001.

MAUSS, Marcel. A dádiva. In: Org. Lévy-Strauss: Sociologia e Antropologia. São Paulo : Editora Pedagógica, 1974.

Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde. Brasília, 2000.

SANTOS, B. S. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: Bresser Pereira et al. Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo : Unesp/Enap (Brasília), 1999.

TOCQUEVILLE, A. A democracia na América. São Paulo : Ed. Itatiaia/Ed. USP, 1997.

TOURAINÉ, A. Crítica da modernidade. Petrópolis : Vozes, 1995.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In; Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, n.1 29, ano X, out./1995.